

NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E A EXCLUSÃO DO INDIVÍDUO NA CONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

MARIA FERNANDA PACI HIRATA SHIMADA¹; ALINE PIRES COSTA²; PAULO GIORAVANTE GIARETA³

¹Mestre Em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL). Professora do vinculada à ETEC Sebastiana Augusta de Moraes de Andradina. Membro do Grupo de Estudo Pesquisa em Formação de Professores (GForP) da UFMS-CPTL. Contato: mferpaci@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4043-786X>

²Mestre Em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL). Professora vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Três Lagoas. Membro do Grupo de Estudo Pesquisa em Formação de Professores (GForP) da UFMS-CPTL. Contato: aline.0727@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-3175-4579>

³Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores (GForP) da UFMS-CPTL. Contato: pfgiareta27@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/000-0002-0649-4756>

RESUMO

O presente trabalho tem por objeto o estudo da violência escolar como dado da organização social vigente, constituída a partir de um sistema neoliberal, pautado no setor econômico e na manutenção de uma classe hegemônica. Sendo a violência na, da e contra a escola um fenômeno enraizado na cultura/estrutura política e econômica construída e mantida por uma visão individualista e mercadológica. Metodologicamente a pesquisa se estrutura como um exercício analítico-crítico, com aporte da análise documental. A pesquisa indica que o neoliberalismo gera a exclusão social na qual o Estado é um garantidor do sistema excludente social e escolar. E, consequentemente das desigualdades dentro da organização social vigente.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Educação; Exclusão.

NEOLIBERALISM, GLOBALIZATION AND THE EXCLUSION OF THE INDIVIDUAL IN THE CONSTRUCTION OF SCHOOL VIOLENCE

ABSTRACT

This study examines school violence as a feature of the current social organization, which is based on a neoliberal system focused on the economic sector and the maintenance of a hegemonic class. Violence in, of, and against schools is a phenomenon rooted in the political and economic culture/structure built and maintained by an individualistic and market-oriented vision. Methodologically, the research is structured as an analytical-critical exercise, with the contribution of documentary analysis. The research indicates that neoliberalism generates social exclusion in which the State is a guarantor of the socially and educationally exclusionary system. And, consequently, of inequalities within the current social organization.

Keywords: Neoliberalism; Education; Exclusion.

INTRODUÇÃO

O presente texto, parte do reconhecimento de que o fenômeno da violência socialmente determinada se instaurou com o acirramento da organização social por diretrizes de exploração humana e na formação moderna do capital. Assim, reconhece que o agenciamento político-econômico neoliberal da sociabilidade contemporânea, ao conservar

este modelo social, figura como fator de conservação e aprofundamento da violência, consequentemente, também daquela com fluxo dos espaços escolares.

Neste sentido, mesmo suas estruturas institucionais, como o Estado, são instrumentalizadas como mediação e fiador dos interesses privados do capitalismo liberal, agora, na sua expressão neoliberal, por meio da garantia dos direitos sociais e da construção relações sociais – como ator parte dessas relações – pautadas, em certa medida, pela violência.

Dessa forma, este texto objetiva analisar o conceito e o objetivo do sistema político-econômico neoliberal, o assumindo como base material do complexo social da violência sob circunstâncias históricas determinadas, em especial dentro do ambiente escolar, de modo a reverberar uma sociedade violenta construída conforme as necessidades neoliberais.

Assim, o neoliberalismo, sob uma perspectiva conceitual e ontológica, repercute no contexto social e econômico, resultando em um aumento da desigualdade social, intensificação da violência urbana, crescimento da pobreza, precarização das condições de trabalho e redução das políticas públicas e sociais no conjunto dos países signatários, aqui, com especial enfoque no Brasil.

Ademais, a conexão entre a implementação da política neoliberal pelo governo brasileiro e a progressiva redução dos direitos sociais garantidos pela Constituição do país, dinamizaram a exclusão do indivíduo e o aumento da violência social e escolar. Ao mesmo tempo, que mitigou a concretização dos direitos sociais garantidos constitucionalmente, além de explorar o ambiente em que a política nacional adotou a abordagem neoliberal.

A presente pesquisa se estrutura, metodologicamente, a partir da perspectiva analítico-crítica, guardando fidelidade à abordagem de teóricos de tradição marxista. A educação, aqui, é compreendida como atividade social e histórica, portanto, como ação profundamente implicada de forma direta e/ou indireta com as condições sociais concretas.

Busca-se, por meio do materialismo histórico-dialético, compreender o objeto mediante as leis que o cercam na construção histórica que subjaz as relações dialéticas culturais, sociais, políticas e econômicas que emergem da/na sociedade por meio das categorias da totalidade sobre a realidade concreta.

A abordagem será teórica, considerando a análise documental, por meio da revisão de literatura sobre obras de Educação, Direito, Psicologia e Sociologia, bem como em periódicos, artigo de jornais, sites, revistas, tendo como marco temporal as legislações que tratam sobre o tema da violência na e contra a escola.

2. O SISTEMA NEOLIBERAL, SUA HEGEMONIA E A FUNÇÃO DO ESTADO

Preliminarmente, é necessário discorrer sobre o neoliberalismo e a exclusão do indivíduo, de modo a compreender o seu conceito e objetivo, em especial no que se refere à geração da violência. O neoliberalismo surgiu como orientação político-econômica do norte capitalista, Inglaterra e Estados Unidos da América (EUA), como derivação do liberalismo econômico clássico de pensadores como os britânicos Adam Smith e David Ricardo. Esse movimento ou doutrina de economia política firmou-se, em especial, a partir de 1973 em razão da longa e profunda recessão do mundo capitalista avançado, apresentando um corpo de pensadores coerente, autoconsciente, militante e lucidamente decidido a transformar todo o mundo conforme as suas necessidades, partindo da ambição estrutural e sua extensão internacional (Anderson, 1995, p. 22).

Conforme preconiza Matteucci (1992), não é possível encontrar um conceito fechado de neoliberalismo, visto que esse possui várias interpretações. Nesse sentido, na esteira do entendimento de Norberto Bobbio (1985), há dificuldades de se definir o neoliberalismo, isso porque, existe o risco da incursão em uma história paralela de diversos liberalismos ou a *descoberta* de um liberalismo *ecumênico*, que “[...] não tem muito a ver com história” (Matteucci, 1992, p. 686).

Paulani (1999) destaca que o neoliberalismo não é ideologia como falsa consciência, própria à doutrina liberal, mas um sermão, um dogma, que não admite contestação. Marcuse (1982) analisa o tema conferindo a ele um viés de ideologia da sociedade industrial ou do chamando pensamento unidimensional. Já Habermas (1983) analisa a questão político-econômica como de ideologia da racionalidade tecnológica. Para ele, tem relação com a afirmação da realidade tal como percebida como sendo a única existente; ambos ressaltam que o pensamento não consegue mais ir além do visível, do existente, e perceber a “negação determinada”, tal como discutida por Horkheimer e Adorno (1973). Ambas as análises se relacionam com sistemas da economia política porquanto um sistema econômico pode ser visto e pensado sob o viés da racionalidade e também sob outras perspectivas, como da violência.

Mais especificamente quanto ao sistema neoliberal, Bresser-Pereira (2009), por sua vez, apregoa que o neoliberalismo é ideologia produzida pelos ricos contra os pobres, contra a social-democracia. Harvey (2008) também acentua que o neoliberalismo foi um projeto para devolver o poder à classe dominante.

Nesse sentido, o neoliberalismo implementou um capitalismo globalizado para as grandes corporações internacionais, que cresceram por meio da chamada “liberdade individual”. Neste período, Harvey (2007) escreveu uma de suas principais obras, intitulada

“Breve Relato do Neoliberalismo”, em que o autor fez uma análise histórica e crítica da teoria do neoliberalismo e de suas implicações na atualidade. Segundo ele, o neoliberalismo se caracteriza por ser

Uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano e pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes deverão ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (Harvey, 2007, p. 12).

Harvey (2007) afirma, ainda, que o neoliberalismo passou a possuir várias frentes de dominação, dentre elas a estatal, pois o Estado enfraquecido começou a trabalhar em prol do mercado e do grande capital internacional, mascarando suas faces ocultas e perigosas. Nesse diapasão, o sistema neoliberal passou a incutir na sociedade alguns objetivos essenciais à sua sobrevivência, dentre eles: a) domínio geopolítico estadunidense, indicando que a diminuição dos recursos aos Estados aumentou o empobrecimento da população em várias partes do mundo; b) base ideológica a partir dos ideais de multiculturalismo, democracia e liberdade, tendo a base estrutural na propriedade privada e no livre-empresendedorismo, implicando um relicário conceitual de ideias de igualdade e de justiça social, porém, com enfoque no consumismo narcisista, e em outras dimensões estético-teóricas que buscam os conhecimentos pautados na dialética, nas reflexões sobre poder e na exploração do trabalho; c) base conservadora, antagônica aos ideais de liberdade. Promoção da ortodoxia em torno do neoliberalismo, resultando em crises em alguns países. Isso com base em um processo de recolonização ou colonialismo sem colônias.

Com efeito, o sistema conectou-se à reestruturação produtiva do capital com fundamento no modelo de acumulação flexível. Nesse sentido, o neoliberalismo conseguiu o reestabelecimento das condições propícias ao acúmulo do capital e não a reorganização do capitalismo internacional. Como consequência, há um conflito entre os princípios neoliberais e

a necessidade de reestabelecer o poder da elite - essa última prevalece -, e aqueles princípios são abandonados ou distorcidos. (Harvey, 2008).

O discurso ideológico do neoliberalismo, dessa forma, maquiou a constante riqueza de poucos e a crescente situação de pobreza de milhões de pessoas pelo mundo. O capitalismo globalizado usou sua ideologia para, de certo modo, manipular os jovens, e estimular o consumismo de novos produtos de forma crescente, e, assim, garantir sua reposição de peças humanas úteis a serem escravizadas e descartar os inúteis para serem aniquilados, como reflete Hinkelammert:

Surge um horizonte de aniquilação, produto da própria racionalidade e força compulsiva dos acontecimentos. A lei do valor, como lei cega, totalizou-se e cria a necessidade de aniquilação como produto de sua própria racionalidade: *fiat iustitia, pereat mundus*. Creio ser difícil duvidar que estejamos em um momento de definição histórica. Esta é a definição de nihilismo (Hinkelammert, 1998, p. 255).

Por conseguinte, o neoliberalismo cria e, ao mesmo tempo, insere-se em um cenário perturbador, que nem mesmo seus idealizadores sugestionaram, uma vez que suas ideias só aumentaram a exploração, a desigualdade e a pobreza em todos os sentidos no mundo. Nessa esteira, o neoliberalismo ratifica a produção de riqueza de uma classe dominante mantendo sua hegemonia, e acaba por intensificar a pobreza e a exclusão da maioria das pessoas, em especial nos países periféricos.

Esses fatores antagônicos ocasionam problemas político-econômicos, como elenca Marilena Chauí (1997). Primeiro a expressão estrutural do desemprego, deixando, este, de ser um fator do acaso, acidental, mas se tornando endêmico, pois o neoliberalismo não opera visando a incluir toda a sociedade no mercado de trabalho, mas promove uma vasta exclusão no mercado de consumo e, conseqüentemente, na vida social e econômica.

Nesse sentido Chauí afirma que:

Essa exclusão se faz não só pela introdução da automação, mas também pela velocidade das mudanças tecnológicas. Como consequência, tem-se a perda de poder dos sindicatos e o aumento da pobreza absoluta (na América Latina há 196 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza; estudos da ONU preveem que haverá no ano de 2000, 312 milhões, se a renda per capita estagnar – serão 59,3% da população da América Latina) (Chauí, 1997, p. 3).

Como se observa para Chauí, o pressuposto basilar do neoliberalismo é a exclusão, e isso ocorre por diversos motivos e justificativas para legitimar a miséria presente no mundo.

O segundo é a ampliação da economia pelo setor de serviços que opera mais pela fragmentação das esferas com a compra de serviços. A referência deixa de ser material (concreta) e passa a ser imaterial (abstrata), e, com isso, passou a fragmentar a luta de classes

que não consegue mais se perceber como uma unidade para travar suas batalhas por direitos sociais, mas, sim, como muitas pequenas e frágeis unidades dispersas.

A terceira diz do impacto na instrumentalização da ciência e tecnologia, onde os cientistas e as máquinas vinculadas à inteligência artificial possuem um papel fundamental na produção deixando de ser, somente, o sustentáculo do neoliberalismo e convertendo-se em agentes de diretos na sua acumulação. De acordo com Chauí (1997), houve uma inversão de papéis dos intelectuais, pesquisadores e técnicos na sociedade, deixando de exercer a função de manter o planeta e as relações humanas, para se aliar ao sistema capitalista neoliberal.

Ao ratificar o entendimento de Chauí, Hinkelammert (1986) entende que o sistema aumenta paulatinamente a sua força e campo de atuação, exercendo o monopólio dos conhecimentos e da informação e legitimando, crescentemente, sua prática aniquiladora do sujeito indesejável.

O quarto movimento está na desestatização e privatização, passando-se a defender a anulação do papel do Estado em todas as esferas da sociedade (econômica, política e social), incentivando a privatização das empresas privadas e dos serviços públicos, valorizando a individualidade e a liberdade de mercado, o que, de fato, aumenta a desigualdade social. Hinkelammert (1986).

Por fim, a transnacionalização, que opera sobre a ideia de que o Estado é rejeitado e dispensável, portanto, demandando alterações sobre as próprias questões territoriais, já que o imperialismo não é mais baseado no colonialismo político-militar e geopolítico das áreas de influência, mas, sim, na lógica do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que ainda têm grande influência político-econômico nas relações internacionais. Apesar da estabilidade econômica ser uma das premissas centrais defendidas pelos neoliberais, o que se observa é uma desestabilidade econômica que resulta em um aumento da pobreza, do desemprego, da diminuição do poder de consumo das nações e do aumento do déficit público devido ao aumento dos bolsões de riqueza absoluta e de pobreza extrema.

No dizer sempre expressivo de Chauí, observa-se que:

A desintegração vertical da produção, tecnologias eletrônicas, diminuição dos estoques, velocidade na qualificação e desqualificação da mão-de-obra, aceleração do turnover da produção, do comércio e do consumo pelo desenvolvimento das técnicas de informação e distribuição, proliferação do setor de serviços, crescimento da economia informal e paralela, e novos meios para prover os serviços financeiros (desregulação econômica e formação de grandes conglomerados financeiros que formam um único mercado mundial com poder de coordenação financeira). A este conjunto de condições materiais precariamente esboçado aqui, corresponde um imaginário social que busca justificá-las (como racionais), legitimá-las (como corretas) e dissimulá-las

enquanto formas contemporâneas da exploração e dominação (Chauí, 1997, p. 5).

Sob tal perspectiva, a ideologia neoliberal é caracterizada como “pós-moderna” - um conceito ideológico definido pelo filósofo Zygmunt Bauman (2006), pois o estado de mudanças pode ser facilmente adequável, moldável e manter as suas propriedades originais. De acordo com o autor, as formas de vida modernas são parecidas pelo seu caráter frágil e de fluidez, incapazes de manter a identidade por muito tempo, o que reforça o estado temporário das relações sociais.

Nesse sentido, a função educativa do Estado tem primazia no estabelecimento de um sistema hegemônico: criar e manter uma determinada norma cultural, destinada a adaptar a civilização e a moralidade das massas ao desenvolvimento do aparelho de produção econômica (Gramsci, 1968, p. 91). O Estado, com suas múltiplas organizações na sociedade civil, tornou-se, assim, um "educador", um canal de produção, difusão e afirmação de determinado modo de vida.

Essa estrutura remonta o século IV à era cristã, conforme se verifica nas palavras de Giaretta (2021, p. 2) que:

a preocupação com o Estado na tradição ocidental remonta ao século IV antes da era cristã, com ampla referência à produção intelectual grega, quer pela busca do idealismo platônico afeto à própria organização da república como espaço para a vida virtuosa, quer pelo realismo político aristotélico.

Apesar de a representação do Estado se basear filosoficamente nas ideias greco-romanas, a experiência teórica e prática de organização estatal que caracteriza a sociedade contemporânea é uma produção adaptada às provocações do Príncipe de Maquiavel (1532) e da produção sistematizada dos filósofos contratualistas dos séculos XVII e XVIII, tais como Thomas Hobbes (1588-1651), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) (Araújo; Almeida, 2010) e pela visão idealista de um Estado como encarnação da Razão Universal em Hegel (1770-1831), que parece guardar a expectativa de que o Estado seja depositário de uma certa evolução natural do espírito humano (Mészáros, 2006).

Ainda segundo Giaretta (2021), o desenvolvimento filosófico dos contratualistas e da hermenêutica hegeliana criam, essencialmente, a compreensão de que a vida em sociedade exige a formalização de contratos e ordens sociais e jurídicas, o que significa, em última análise, a definição de modelos de Estado e de governança mais capazes de garantir os direitos individuais e a privacidade como parte da vida coletiva. Para Giaretta (2021, p.4):

Os denominados liberais clássicos, como Adam Smith, ainda em 1776, com a obra *A Riqueza das Nações*, buscam tecer consensos com essa concepção de Estado e governança dos contratualistas e hegelianos, no sentido de o naturalizar, ética, política e culturalmente, às relações econômicas, enquanto esforço e direito individual privado. Uma concepção de Estado que ganha consistência na moderna organização político-econômica liberal, portanto burguesa, do capital, naturalizando e conferindo aderência à chamada lógica da mercadoria à sociabilidade que emerge, desde a sistematização teórica e prática dos direitos subjetivos, da posse privada dos bens, da liberdade e do direito ao exercício do individualismo econômico.

O marxismo parte da compreensão de que a estrutura econômica da sociedade, como conjunto de relações de produção, corresponde à base real sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica e política e a qual correspondem certas formas de consciência social. O marxismo entende que a vida material afeta o processo social. Nesse diapasão, “[...] o executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa” (Marx; Engels, 1998, p.7).

Engels (1984) endossa Marx ao afirmar que o Estado como o conhecemos é um produto direto da sociedade capitalista, um lugar que administra o conflito de classes na origem da propriedade. Engels (1984) indica que a troca intertribal pela troca interindividual gera transformação de produtos em mercadorias, e isso exigiu a emergência do cultivo individual, e, conseqüentemente, a criação do dinheiro como mercadoria universal e como uma nova força social.

Engels (1984) quer, com isso, sustentar que o Estado não pode ser entendido como uma realidade verdadeiramente moral, representando idealmente o naturalismo evolutivo da sociedade, como apontou a filosofia hegeliana, mas como uma estrutura para gerir conflitos de classes, sendo o próprio produto da organização de classes da sociedade.

A propósito, o italiano Antônio Gramsci, estudioso do marxismo, no início do século XX, estabeleceu importantes contribuições para essa compreensão. Gramsci (1968, p. 149) ampliou a noção de Estado ao defender que nela "entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia revestida de coerção)". A sociedade política seria composta, portanto, pelo conjunto de mecanismos por meio dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência (Gramsci, 1968, p. 149).

Como afirma Gruppi (1980), na concepção Gramsciana, a sociedade política é uma extensão da sociedade civil; abrange um campo extremamente amplo, porque é considerado o terreno da ideologia. Desse modo, é no campo da sociedade civil que se divulgam os valores e os interesses da classe dominante, entrelaçados com o consenso e a orientação moral e

intelectual do grupo social. Nela, forma-se a vontade coletiva e articula-se a estrutura material da cultura, além de organizar o consentimento e a adesão das classes dominadas (Gruppi, 1980, p. 175). Dessa forma, a sociedade civil refere-se a organizações multifacetadas responsáveis pelo desenvolvimento e/ou disseminação de ideologias, incluindo escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, profissões, meios de comunicação etc. (Coutinho, 2005).

O conceito mais amplo de sociedade civil ajudou Gramsci a identificar o papel decisivo do Estado na construção do sistema hegemônico, esse papel é expresso em suas funções duais e acompanhantes: garantir as condições necessárias para a expansão econômica e a “educação” para chegar ao consenso. Portanto, o Estado é fator preponderante na manutenção do sistema neoliberal e na hegemonia das classes dominantes.

3. ESTADO E A CONSTITUIÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL COMO FORMA DE NATURALIZAÇÃO DA EXCLUSÃO

Neste tópico busca-se demonstrar a interligação da ausência ou diminuição dos direitos sociais pelo Estado, quando da manutenção do sistema neoliberal na deformação da educação, enquanto direito social previsto na Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Assim, como supramencionado, o Estado, nas economias dependentes, está marcado por relações desiguais de poder que limitam o exercício de sua soberania frente a outras formações econômico-sociais a que está submetido. Com efeito, o Estado funciona para servir os interesses da classe dominante nos países centrais e, ao mesmo tempo, expressar as necessidades da classe dominante local, em uma relação contraditória e dependente com ela.

De acordo com o entendimento de Jaime Osório:

A debilidade na estrutura de tais classes e a acumulação de contradições do sistema mundial capitalista nas zonas periféricas e dependentes – o que implica debilidades estruturais do Estado e do sistema mundial de dominação no capitalismo dependente – são compensadas pelo peso das dimensões autoritárias do Estado e do governo, mesmo sob feições democráticas, e pela internalização no – e por parte do – Estado dependente das relações de poder dos Estados e capitais centrais e imperialistas (Osório, 2014, p. 207).

O fato de o modelo de reprodução do capital se basear na exploração excessiva do trabalho contribui para a necessidade de utilização de mecanismos coercivos, mesmo diante de uma democracia formal. Na verdade, as relações de troca desiguais que caracterizam as economias dependentes e as transferências de valor que geram impõem limites à dinâmica interna de acumulação e resultam em salários inferiores ao nível mínimo de subsistência, aumento da intensidade de trabalho e dias de trabalho mais longos, e, conseqüentemente, da

geração de violência. Essas respostas permitem a ampliação do trabalho excedente e implicam em uma remuneração do trabalhador abaixo do necessário para sua reprodução (Marini, 2005).

A esse respeito, assevera Brettas (2017, p. 56):

Este traço estrutural tem como desdobramento a deterioração das condições de vida da população e uma margem muito pequena para dar conta das demandas expressas nas reivindicações da classe trabalhadora. O processo de concentração da riqueza dele decorrente acaba por potencializar os enfrentamentos entre as classes sociais, que tendem a ser respondidos com a criminalização das resistências populares.

Prossegue Brettas (2017, p. 56):

Outro aspecto que contribui para caracterizar o Estado dependente é um acentuado caráter interventivo. De uma maneira geral, podemos dizer que nas crises inerentes ao modo de produção capitalista o Estado é chamado a intervir de forma mais ativa para conter seus efeitos. Esta formulação serve tanto para os países dominantes quanto para os dependentes. A diferença é que nos elos mais fracos da cadeia imperialista, muitas destas crises tendem a vir de fora e a assumir grandes proporções internamente, o que demanda uma atuação mais ofensiva para dirimir seus desdobramentos. Quanto maior o nível de dependência, mais suscetível está um país a crises de longo alcance.

Por conseguinte, no Brasil, o Estado, mesmo dentro do discurso liberal, sempre desempenhou uma primazia na garantia das condições gerais para a acumulação capitalista. Um pequeno contraponto a esse sistema ocorreu com a promulgação da CF/88, sob a bandeira da redemocratização, em que se registrou um conjunto de definições institucionais apontou para um redirecionamento das políticas sociais.

A Carta Magna de 1988 expressa, em vários artigos, as reivindicações da classe trabalhadora organizada e o desejo de se afastar da cultura de vigilância e ajuda. O texto constitucional enfatiza a garantia dos direitos sociais por meio de políticas estatais baseadas em princípios como universalidade e igualdade.

Apregoa Brettas (2017, p. 59):

É importante ressaltar que um documento constitucional por si só não pode estruturar uma rede de proteção social. Por um lado, se muitos avanços dependem da aprovação de legislação adicional, por outro, a sua implementação exige condições históricas e materiais que ainda não foram razoavelmente consolidadas.

Contrariamente, foram inseridas na CF/88 algumas orientações que deram sustentação ao “conservantismo” no campo da política social. O cenário político e econômico da década de 1990 fez com que houvesse uma inclinação conservadora para o neoliberalismo, o que trouxe algumas dificuldades concernentes à implementação das políticas e direitos sociais.

Os direitos sociais tornaram-se, assim, mais flexíveis como parte de uma espécie de reformatação do Estado brasileiro que visava a adequá-lo melhor à lógica do capital. Todavia,

não é possível afirmar que houve uma ausência de políticas sociais, porém suas formulações passaram a ser adaptadas ao “trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais: privatização, focalização/seletividade e descentralização” (Draibe, 1993 apud Behring; Boschetti, 2008, p. 155).

Em conformidade com essa ideologia de restrição dos direitos sociais, em especial, na diminuição orçamentária e falta de políticas públicas, Piketty (2014) constata que a taxa de rendimento do capital superou o crescimento econômico traduzindo uma concentração cada vez maior da riqueza, em um círculo vicioso da desigualdade que, a um nível extremo, poderia levar a um descontentamento geral e até ameaçar os valores democráticos.

Prossegue o autor afirmando que:

A contradição fundamental da relação entre o crescimento econômico e o rendimento do capital, está instigando uma reflexão profunda sobre as questões mais prementes do nosso tempo. Quando a taxa de remuneração do capital ultrapassa a taxa de crescimento da produção e renda, como ocorreu no século XIX, e parece provável que volte a ocorrer no século XXI, o capitalismo produz desigualdades insustentáveis, arbitrárias, que ameaçam de maneira radical os valores de meritocracia sobre as quais se fundam nossas sociedades democráticas (Piketty, 2014, p. 9).

Dessa forma, no projeto neoliberal do capitalismo, as políticas sociais ficam em segundo plano, sendo submetidas à lógica das políticas econômicas. A política social limita-se, em última análise, a políticas de bem-estar acomodatórias e direcionadas, sem a presença do Estado. De outra monta, em termos de comercialização da vida social, as responsabilidades do Estado são transferidas para a família a solidariedade e o mercado.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise [...] prevalecendo o [...] referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. Sendo esta última estabelecida não como compartilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para antes da federação ou para instituições privadas [...]. (Behring; Boschetti, 2007, p. 156).

No mesmo sentido, afirma Iamamoto (2018):

Com a adoção das políticas de ajuste estrutural, a política social passa a ser submetida aos ditames da política econômica, com cortes nos investimentos públicos para programas sociais, os quais são focalizados no atendimento da pobreza. Vale reiterar que o projeto neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias. Observa-se uma inversão e uma subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de

recursos. São as definições orçamentárias – vistas como um dado não passível de questionamento – que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais [...]. (Iamamoto, 2008, p. 149).

A subordinação dos direitos sociais à rentabilidade econômica está intimamente relacionada com a retórica relativa à universalização dos direitos. Mas o que estamos a testemunhar é uma expansão de políticas sociais específicas destinadas a apoiar as pessoas que vivem na miséria, sem chegar às que vivem na pobreza.

Além de não conseguir atingir as metas de crescimento econômico, o neoliberalismo dificulta o maior desenvolvimento e expansão das políticas sociais nos termos da lei, e, por suas razões históricas patrimoniais, contribui para a deterioração das condições sociais, especialmente no Brasil.

Portanto, a reflexão sobre as mudanças na configuração das políticas sociais nas últimas décadas exige, também, o enfrentamento do desafio de identificar e de separar os aspectos estruturais e conjunturais que marcam a acumulação capitalista no Brasil. Com efeito, compreender as políticas públicas implementadas na educação e suas consequências na dinamização da violência faz-se necessário a partir dessas implicações socioeconômicas.

Tem-se, assim, que o objetivo educacional não é mais servir um campo social, mas, sim, adquirir uma função funcional de mercado.

Nessa esteira, afirma Andriolli (2002, p.1) que:

Em contrapartida, a crise do capitalismo em nível mundial, em especial do pensamento neoliberal, revela, cada vez mais, as contradições e limites da estrutura dominante. A estratégia liberal continua a mesma: colocar a educação como prioridade, apresentando-a como alternativa de “ascensão social” e de “democratização das oportunidades”. Por outro lado, a escola continua sendo um espaço com grande potencial de reflexão crítica da realidade, com incidência sobre a cultura das pessoas. O ato educativo contribui na acumulação subjetiva de forças contrárias à dominação, apesar da exclusão social, característica do descaso com as políticas públicas na maioria dos governos.

A educação, então, perde seu potencial virtuoso e social, voltando-se somente a um papel estratégico e empresarial de preparar para o mercado de trabalho, atendendo às necessidades da livre iniciativa e fomentando as desigualdades e consequentemente a violência em todas as suas searas. Soma-se a isso o papel estratégico da educação. Na visão de Murrach,

Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...] 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da

indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (Marrach, 1996, p. 46-48).

Nesse sentido, sendo a escola uma reprodutora das relações de classe, o entendimento do sistema político e econômico ajuda a compreender os vínculos estabelecidos entre o Estado e os representantes da classe dominante.

De acordo com Octávio Ianni, o Estado não é um órgão apenas de mediação nas relações de classe. Ele é elemento de preservação do predomínio de uma sobre outra classe (Ianni, 1989, p. 240). Para ele, a função primordial do Estado é a garantia das condições de produção e expropriação. Porém, com os processos de estatização ocorridos no século XX, o Estado também se inseriu nas condições de produção (Ianni, 1989, p. 258), o que se convencionou chamar Estado-empresário (Novaes; Okumura, 2021, p. 162).

Frigotto (1984) entende que a escola passa a ter certa produtividade para o capital ao ser improdutivo. Para a classe trabalhadora, ela gera formas de reprodução do capital e mão de obra barata justificada pela escolarização deficitária para os parâmetros exigidos pelo capital. Em termos educacionais, é o resultado de uma “[...] multiplicidade de processos heterogêneos” (Dardot; Laval, 2016, p. 33-34), em que ela passa a servir na formação desse novo sujeito, não mais cidadãos, mas consumidores, de modo a naturalizar as regras do jogo e a se adaptar à nova realidade do Estado/empresarial/empreendedor, na qual previdência, saúde, educação e lazer são produtos que os consumidores têm a liberdade de escolher e adquirir, além de conviver com o desemprego permanente e com a precarização das relações de produção e das relações sociais de produção.

Partindo dessa compreensão, e de acordo com Paiva (2016), os sistemas educacionais se estruturam de forma a esculpir sujeitos empreendedores e adaptáveis ao novo contexto, com o mercado de trabalho caracteristicamente flexibilizado e desregulamentado, incentivados a atuar criativamente diante de intempéries, elemento que concerne à sua habilidade de adaptação de uma configuração imposta pelo capitalismo, jamais com o intuito de transformar radicalmente as estruturas de sustentação desse paradigma.

O campo educativo, então, é consubstanciado por uma concepção individualista, produtivista e empresarial, objetivando-se a formação para a competitividade. O critério final não é a dignidade humana ou a cidadania, pois “o pragmatismo neoliberal, não tem nada a ver com formação”. (Freire, 2000, p. 123). Consagra-se a diferença como fonte de privilégios.

Os ditames mercadológicos colaboram e embasam a manutenção das desigualdades. Primando-se pelo individual, em que “ser criativo” é sinônimo de estrategista, cujo objetivo é vencer (dominar) o outro, na desenfreada, desigual e injusta competição.

Nesse cenário, a educação se torna um fator decisivo na manutenção do neoliberalismo que se apresenta com uma roupagem empreendedora, ganhando mercado num enfoque competitivo com a finalidade de controle social. Há, assim, um agravamento da manipulação intencional dessas políticas, nas quais se adota o vocabulário ideológico intrinsecamente associado à mudança nos valores e finalidades educativas escolares. (Laval, 2019; Chauí, 2014; Moraes, 2001; Libâneo e Freitas, 2018).

As políticas educacionais de natureza mercadológica passam a ser bases estruturantes da educação, e os termos eficiência, inovação, modernização e avaliação no universo escolar tomam espaço e aplicabilidade nas escolas. Ademais, conforme os autores como Libâneo e Freitas (2018) os órgãos internacionais são vistos como pensadores fundamentais na elaboração de políticas públicas, tornando-se uma forma de representação global. Tal fórmula inserida na educação gera uma fragmentação das políticas educacionais, podendo colaborar para a perpetuação da classe hegemônica que caracteriza a face do neoliberalismo. O entendimento a seguir não contraria a dos autores citados.

As organizações internacionais (Organização Mundial do Comércio-OMC, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico- OCDE, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional-FMI, Comissão Europeia) contribuem para essa construção, transformando “construções”, “avaliações” e “comparações” em oportunidades para produzir um discurso global que tira sua força justamente de sua dimensão planetária (Laval, 2019, p. 19).

Soma-se a isso, o entendimento de Laval (2019, p. 16), segundo o qual “existe uma racionalidade subliminar que impõe as mudanças e reformas promovidas pelos discursos dominantes e têm permeado o campo educacional”. Essas afirmações são ratificadas pelos Moraes (2001), Chauí (2014), Libâneo e Freitas (2018), e outros que descrevem o novo modelo de educação vinculado às novas reformas como responsável por alterar a práxis pedagógica.

No mesmo sentido, Melo (2005) observa que há o funcionamento intencional de uma mentalidade meritocrática de esforço pessoal que estimula a atitude competitiva e a busca por resultados. Desta forma, prevalece o controle, a coerção, a subordinação e a adaptação das instituições de ensino e indivíduos aos interesses financeiros.

Nesse paradigma, a perspectiva neoliberal altera as relações sociais de modo a criar uma realidade concreta que produz modos de ser e estar no mundo. Isso implica a constituição

de uma sociabilidade que tem na economia a causa primária, a pedra angular. Essa ordem impacta a vida dos indivíduos e a sua forma de ver e viver no mundo. Consubstanciada a isso, a economia regida pelos ditames do mercado impõe um projeto societário que forma um determinado tipo de ser humano dotado de subjetividades aptas à competição. Assim,

Como concepção de mundo, o neoliberalismo implica numa visão de homem, do agir humano e de sociedade. Portanto, polemizar com ele é problematizar sobre as condições de existência humana em meio à crise da racionalidade moderna. Restringir o debate na particularidade do mercado ou do Estado, ou ainda mercado versus Estado, sem discutir a função que uma ordem econômica tem a cumprir na vida humana é perder de vista o horizonte da totalidade (Holanda, 1998, p. 52).

Nesse diapasão, a produção de subjetividades, no contexto neoliberal, está relacionada a um conjunto de ideologias que reforçam o individualismo. Por assim ser, o indivíduo é desassociado da realidade histórica e cultural na qual se desenvolve, reforçando o caráter individualista. O indivíduo passa a ser o único responsável pela produção de seu destino, ou seja, suas conquistas dependerão única e exclusivamente de seu esforço, trabalho e empenho. Posto isso, o princípio do individualismo é uma das bases estruturais que sustentam a ideologia neoliberal, pois, de acordo com essa óptica, a cada indivíduo é dada a capacidade de competir na arena do mercado, em condições de igualdade.

Isto porque a lógica neoliberal desconstrói a ideia do indivíduo como ser social, pois o desvincula da sua cultura e história. Referida desvinculação, inicia-se e muitas vezes reafirma-se no sistema educacional. Desse modo, o educando é a unidade constitutiva da sociedade, que, por sua vez, é apenas uma produção do conjunto de indivíduos que – livres dos efeitos sociais – se organizam para promover as condições de vida dos sujeitos e garantir melhores condições para o desenvolvimento das individualidades. Partindo desse prisma, a escola e a sociedade seria apenas um agente propiciador dos ideais individuais. Logo:

O indivíduo vive e age em sociedade. No entanto, a sociedade em si não existe, a não ser através das ações individuais. Somente no sentido em que o ser humano nasce em um ambiente organizado é que, para os neoliberais, se pode aceitar de forma lógica e histórica a concepção de que a sociedade antecede o indivíduo. A sociedade é o grande meio para atingir todos os fins (Holanda, 1998, p. 54).

Vislumbra-se, assim, que o sujeito é elevado a condição de descartável. Tal situação contribui para agravar ainda mais a exclusão social e a miserabilidade, por esse e outras ações promovidas por esse sistema capitalista é que Cadelli (2017) associa o neoliberalismo com o as práticas do fascismo autoritário e aniquilador.

A escola, sob a lógica neoliberal, passa a ser também geradora da exclusão e da violência, fomentando o consumo e alienação do indivíduo. No formato proposto pelo neoliberalismo, difunde a continuidade das práticas antiéticas, consubstanciada no individualismo egocêntrico, competição desigual, aquisição de riqueza exploratória.

Nesse sentido, a produção e reprodução do capital e a dicotomia acumulação-exclusão são as forças propulsoras que fundamentam a estrutura neoliberal. A polarização social se explica pela dinâmica interna do próprio desenvolvimento do capitalismo. Para Chesnais: A economia global é excludente pois é dirigida pelo movimento do capital e nada mais (Chesnais, 1995, p.15). Por sua vez, Limoeiro-Cardoso afirma: Há muito se sabe que é próprio do capitalismo dividir, marginalizar e excluir (Limoeiro-Cardoso, 1999, p. 110).

Cumprir enfatizar, dessa forma, que o sistema neoliberal propõe a entrega social das leis do livre mercado, do *laissez-faire*. Kurz (1998) vê no neoliberalismo “a naturalização da economia, a biologização do social e um retorno ao darwinismo social, com a decorrente bestialização das relações sociais” (Kurz, 1998, p. 7).

Consequentemente, há a segregação de classes na sociedade do capital. Nela, as oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente situados na estrutura hierárquica de comando do capital. Isso ocorre porque o capital está estruturado de maneira antagônica desde as menores unidades socioeconômicas e políticas; já o próprio sistema está sujeito à “lei absoluta do desenvolvimento desigual, que sob a regra do capital vigora numa forma em última análise destrutiva, por causa de seu princípio estruturador interno antagônico” (Mészáros, 2011).

Sob tal ambulação, as ações estatais no combate a desigualdade social e violência apenas assumem características corretivas e pontuais, de caráter imediatista, que apenas asseguram a expansão e a acumulação do capital. Neste contexto, o caráter violento da produção passa a definir uma relação alienante na dialética entre a objetividade do ser social e as escolhas alternativas do indivíduo.

Contudo, ainda que essas relações alienadas se manifestem individualmente e, essencialmente, por alternativas individuais, “o ser -precisamente - assim dessa dinâmica é um fato social, se bem que muito fortemente mediado por múltiplas inter-relações” (Lukács *apud* Alcântara, 2014, p. 44).

Isso demonstra até que ponto os atos de violência estão associados aos mediadores da sociabilidade que determinam o comportamento dos homens. Ainda conforme a autora, não existe a consciência de estar livre dos “grilhões” da sociedade e trabalhar apenas para si. Portanto, se é verdade que os seres humanos são criaturas que respondem à realidade, a

violência torna-se um meio pelo qual os humanos respondem à desigualdade social e aos conflitos de classe, especialmente nas sociedades capitalistas.

Consequentemente, as respostas humanas correspondem ao modelo social em que os homens estão integrados, uma vez que a individualidade humana é determinada pela contribuição da burguesia, que é em grande parte determinada pelo capital.

Considerando tais fundamentos, depreende-se que a violência surge como um problema na sociabilidade e, por ser expressão da alienação, encontra-se no processo de desenvolvimento da produção e dos homens. Por isso, estabelece-se uma real conexão entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento dos indivíduos sociais (Alcântara, 2014).

Ademais, a violência, se expressa diferenciadamente nas diversas formas de sociabilidade no decorrer do desenvolvimento e constitui um movimento que reproduz socialmente a desumanidade. No entendimento sempre expressivo de Lukács (2013), o indivíduo humano é visto como resultado do impacto causado pelo retorno das externalidades sobre sua personalidade. Com isso, pressupõe-se que se essa retroação determina a individualidade humana; então, ela pode influenciar as relações violentas entre os homens, sejam estas da produção ou da reprodução social.

Os aspectos até o momento abordados permitem sintetizar a tese lukacsiana de que a contradição entre o desenvolvimento das capacidades e o desenvolvimento da personalidade propiciado pelo desenvolvimento das forças produtivas assume centralidade na discussão sobre a alienação. A demonstração desta contradição central fez Lukács refletir sobre o ato de trabalho, sobre a objetivação e a exteriorização como momentos que compõem a vida cotidiana dos homens, seja em termos da reprodução social de sua existência, seja em relação às demais objetivações. A cada objetivação do objeto, conforme vimos, corresponde uma exteriorização do sujeito que a pôs. Sob quaisquer circunstâncias este é o lugar ontológico das alienações, e não importa se as exteriorizações são derivadas das objetivações do trabalho ou de outras objetivações da práxis social (Alcântara, 2014, p. 60).

Apesar de a violência ser determinada pelo antagonismo de classes, ela se expressa entre homens de uma mesma classe e exterioriza reações diversificadas e de oposição entre os indivíduos. Segundo Alcântara (2014), as relações interpessoais desempenham um papel fundamental na criação do ser humano, resultando em diversas formas de discriminação e, em última análise, na violência.

Desta forma, por ser a violência uma forma alienada de responder à desigualdade social, ela se perpetua no tempo e acompanha a evolução econômica de cada tipo de sociedade (escravista, feudal e capitalista). A violência se apresenta, muitas vezes, de maneira brutal ou sutil e disfarçadamente perversa, ou, em casos excepcionais, com o uso da força no cotidiano

da vida humana. Sua expressão, assim, é imediata e constitui um complexo social pertencente às relações humano-sociais. Ela está, necessariamente, interligada à evolução histórica, às diretrizes econômicas, políticas e culturais que constituem uma sociedade de classes, como um dos processos alienadores da sociedade burguesa.

Nessas diretrizes, as reações violentas “se transmutam em negação da essência humana, em expressão da desumanidade criada pelo próprio homem” (Lessa, 2007, p. 77), e constituem uma relação de opressão e poder de uns homens sobre os outros.

Marx vê, portanto, “o lado negativo do trabalho na alienação humana” (Marx, 1996, p. 48) e comprova que, na forma em que o trabalho se socializou em virtude da atividade industrial, “o trabalho é só uma expressão da atividade humana dentro da alienação”. Assim, conforme Astrada, o trabalho mostra o seu lado negativo e dá lugar ao fenômeno da alienação, que não é como Hegel a considerou, “só a ideia da alienação, que quer dizer, mera consciência dela, mas a alienação do homem concreto, de carne e osso”. Em se tratando do capitalismo desenvolvido, esse processo se aprofunda com o *fetichismo da mercadoria*, aspecto também analisado por este autor, que mostra, a partir de Marx, sua característica central: o aumento da depreciação do mundo dos homens na razão direta da valorização do mundo das coisas, caracterizando o fenômeno da *coisificação*, em que o trabalho não produz apenas mercadorias, produz a si mesmo e o trabalhador como mercadorias (Alcântara, 2014, p. 25).

Consequentemente, a violência gerada nas relações de trabalho, assim como os processos alienantes, atende ao capital por meio da criação de condições viáveis à ganância pelo lucro. A esse propósito, faz-se mister trazer à colação o entendimento da eminente Alcântara, “a alienação dos explorados tem o seu exato correspondente naquela dos seus exploradores” (2014, p. 135). Nessas condições, observa-se uma interdependência inseparável entre economia e violência. Essa cooperação integral reside no papel fundamental da economia e na operação da violência pura por meio do uso da força em sociedades interclasses. (Lukács, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência é um fenômeno que se manifesta em diferentes contextos e afeta todas as camadas sociais. A violência está tão profundamente integrada à vida do homem contemporâneo que é impossível ignorá-la como traço característico de nossa era, sempre fazendo sua presença notar-se de diversas formas. Seu aumento ocorre na mesma medida em que as oportunidades de uma vida digna, incluindo bem-estar básico, se tornam escassas.

Nesse sentido, para analisar a violência nas escolas, é fundamental entender seu significado mais profundo, considerar o contexto social no qual a instituição está situada e ter consciência dos complexos trajetos pelos quais os jovens de hoje se movem.

Esse fenômeno está vinculado ao contexto fora da escola, que gera mudanças e impacta negativamente as interações dentro da instituição de ensino. Nesse ambiente, os conflitos se tornam evidentes, refletindo as dificuldades presentes na sociedade, incluindo as dinâmicas econômicas e principalmente segregadora existente no contexto neoliberal e da globalização.

Nesse passo, há uma cultura da violência, conforme Muller salienta, (2007): As violências que marcam a atualidade têm explicações baseadas no contexto econômico e político em que ocorreram; em especial na cultura da violência. Assim a escola não está desassociada do sistema político e econômico, desempenhando dentro do contexto atual, um papel significativo na sociedade ao reforçar os valores capitalistas neoliberais, como meritocracia, individualismo e competição. Assim, o desemprego, a fome, as mortes, a quebra dos laços sociais afetivos e a afirmação dos valores neoliberais nos colocam em situações de disputa, resultando em práticas de violência, principalmente no ambiente escolar.

Essa violência reflete na vida social, sendo comum a crença de que situações violentas são a única maneira de resolver problemas. Para muitas crianças e adolescentes, a violência se torna parte de sua realidade cotidiana, levando à reprodução desse comportamento sem a percepção de que é prejudicial. A normalização da violência resulta na falta de reconhecimento dos indivíduos sobre o mal que ela representa e na falta de consciência de que estão praticando-a. A violência social e, especificamente a escolar, tende a ser combatida por meio do controle social repressivo, a fim de condicionar a conduta de uma parte específica da população.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. LAMIN, Cristiane. **Medo, Violência e Insegurança**. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana (Org.). *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo o seu papel?* 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2006
- ALCÂNTARA, Maria Norma; PIMENTEL, Edlene e SOUZA, Reivan Marinho (orgs.). **Em defesa do pensamento crítico: relações sociais, trabalho e política**. Maceió: Edufal, 2013. 278 p.
- ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Trad.: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2005.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica**. Estudos Avançados [online], São Paulo, v. 23, n. 66, p. 7-23, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/F8tmPL4Z7PBjDtnhzHV7hVm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 jun. 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRETTAS, Tatiane. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. São Paulo: Ed. Unesp, 1985.

CHAUÍ, M GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Editora Cortez, 1984.

FLANNERY, D. J.; MODZELESKI, W.; KRETSCHMAR, J. M. Violence and school shootings. *Curr Psychiatry Rep*, v. 15, n. 1, jan. 2013.

GIARETA, P. F.; SILVA, F. DE L.; GARCIA, F. X. V. A Produção de Conhecimento sobre a BNCC como Política Curricular: Caracterização das Publicações em Artigos, Teses e Dissertações. **Revista Ensin@ UFMS**, v. 2, n. 6, p. 19-33, 6 dez. 2021.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. Tradução de Dario Canali. Porto Alegre: L&PM, 1980.

HABERMAS, Jurgen. **Técnica e ciência enquanto ideologia**. In: BENJAMIN, Walter.

HARVEY, David. **Breve História del Neoliberalismo**. Madrid, Akal, 2007.

_____, David. **O neoliberalismo, história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HINKELAMMERT, Franz. **El Grito Del Sujeto**. São José/Costa Rica: Departamento Ecueménico de Investigaciones (DEI), 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2004.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.

MARINI, Ruy M. Marini. **Dialética da Dependência**. In: STEDILE, João Pedro.

MARRACH, S. A. **Neoliberalismo e Educação**. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). *Infância, Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MATTEUCI, N. Liberalismo. In: BOBBIO, N. *Dicionário de política*. 4. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 1992.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014

PAULANI, Leda Maria. **Neoliberalismo e individualismo**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 8, n. 2, p. 115-127, dez. 1999.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.